

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

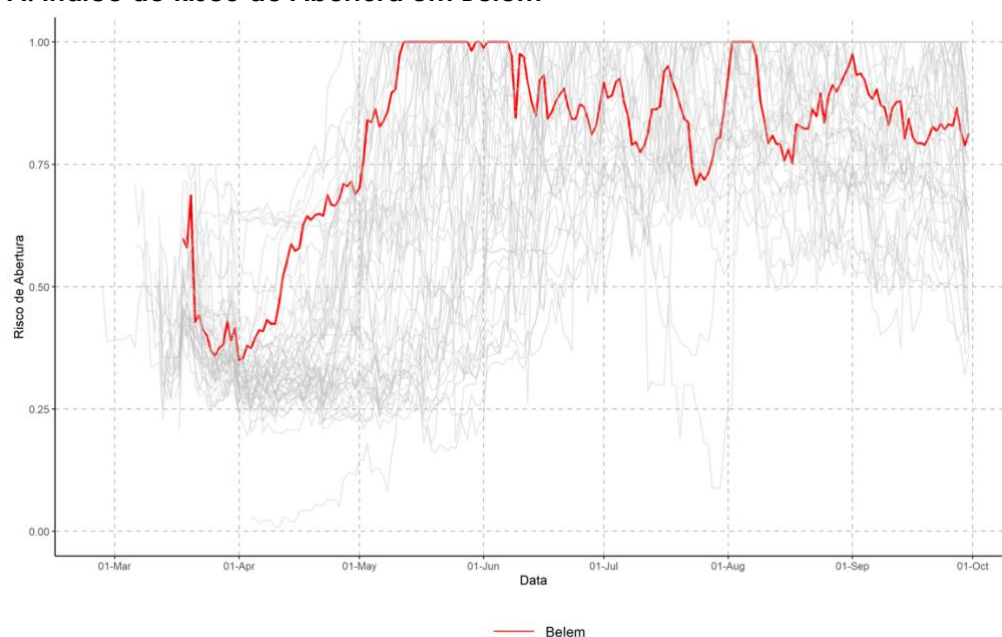
Policy note – Belém/Pará



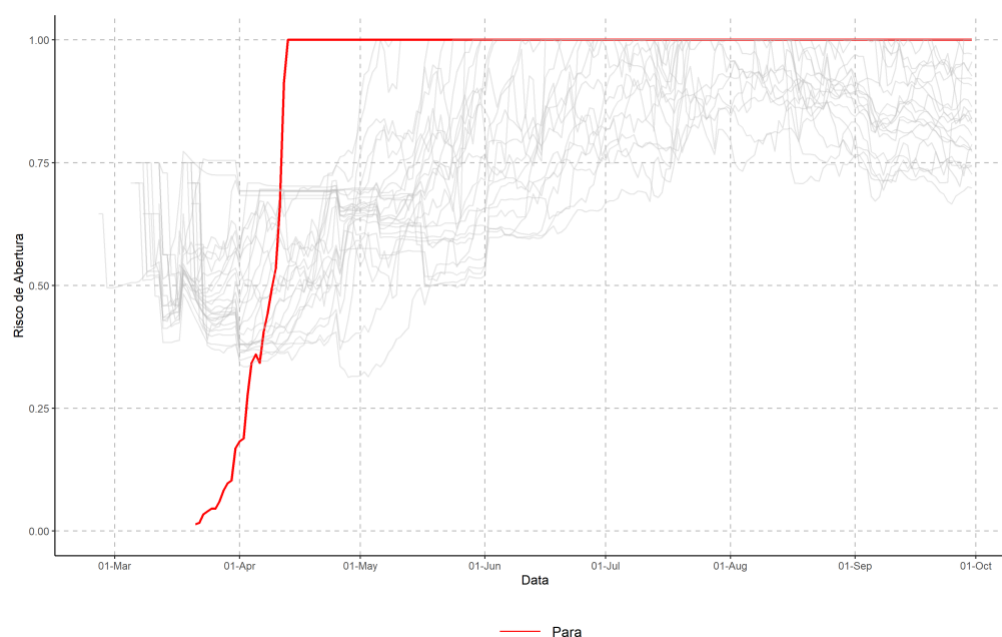
Região	Belém, Pará
Período	Junho a outubro de 2020
Autoria	Matheus Porto Lucena, Horácio Figueira de Moura Neto, Nicole Guedes Barros, Rodrigo Furst de Freitas Accetta, Maria Luciano e Beatriz Kira

Figura PA.1 – Índice de Risco de Abertura (Risk of Openness Index - RoOI)

A. Índice de Risco de Abertura em Belém



B. Índice de Risco de Abertura em Pará



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Belém/Pará



Respostas dos governos estadual e municipal

A Figura 1 indica como o Risco de Abertura cresceu em todos os estados e cidades ao longo do tempo, e, apesar de uma pequena diminuição em alguns estados em setembro, continuou bastante alto em Belém e no nível máximo no estado do Pará, no período até o final de setembro.

O governo do Estado do Pará (segundo maior estado do país em extensão territorial), decretou o estado de emergência de saúde pública internacional em 16 de março, antes mesmo dos primeiros casos de Covid-19 serem notificados no estado. O primeiro caso confirmado ocorreu no dia 18 de março e, já no dia seguinte, o estado teve o seu primeiro óbito pelo novo coronavírus, na vila turística de Alter-do-Chão no interior do estado. Desde então, o Pará avançou em números de casos e óbitos e tinha acumulado um total 234.884 casos e 6.614 mortes até o dia 05 de outubro de 2020, segundo dados da Secretaria de Saúde Pública do Estado.

Os governos estadual e municipais atuaram de forma rápida. Decretos foram assinados com medidas de enfrentamento à pandemia. Diante disso, eventos e reuniões com aglomerações superiores a 500 pessoas foram suspensos, servidores públicos receberam autorização para trabalhar em casa, e foram adotadas medidas de controle sanitário em portos e aeroportos sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA).

Em 18 de março a prefeitura de Belém, capital paraense, bem como o governo estadual decretaram a suspensão de aulas da rede municipal e estadual. Além disso, alguns setores do comércio, considerados não essenciais foram fechados, em princípio até a data de 5 de abril. Em 23 de março foi proibido o transporte interestadual de passageiros, terrestre, marítimo e fluvial, com exceção de cargas.

No dia 6 de maio, quando o estado apresentava 375 óbitos confirmados pela Covid-19, o governador do Pará decretou medidas mais rígidas em algumas cidades do estado, também chamado de *lockdown*. Com a determinação de *lockdown*, a circulação de pessoas foi limitada e apenas serviços essenciais puderam permanecer abertos nos sete municípios da região metropolitana e outros três no interior: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Vigia (nordeste), Santo Antônio do Tauá (nordeste do estado) e Breves (Ilha de Marajó). Todos foram selecionados porque possuíam mais de 80 infectados para cada 100 mil habitantes. No dia 16 de maio, mais sete municípios paraenses entraram em *lockdown*: Cametá, Canaã dos Carajás, Parauapebas, Marabá, Santarém, Abaetetuba e Capanema. Essa medida permaneceu em vigor até o dia 24 de maio.

As medidas de distanciamento restrito (*lockdown*) visaram aumentar as taxas de isolamento social, que apesar de terem apresentado uma redução, não chegaram a alcançar a meta de 70%, recomendado pela OMS. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, o maior nível de isolamento social foi alcançado no dia 17 de maio, e foi de 54,17%.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Belém/Pará



Em 20 de abril, a prefeitura municipal de Belém tornou obrigatório o uso de máscaras faciais para todas as pessoas, sempre que saírem de casa. A medida exigiu ainda que os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, assim como as empresas de transporte público coletivo, deverão fornecer máscaras para funcionários e exigir o uso, podendo ainda impedir a entrada ou a permanência nos espaços de pessoas que se recusarem a utilizar o acessório indispensável de proteção. Em 14 de maio, o governo do estado do Pará tornou obrigatório o uso de máscaras de proteção facial em locais públicos e dentro de veículos, incluindo em coletivos urbanos e demais formas de transportes de passageiros, como os aplicativos de mobilidade urbana. Essa medida vale para todo o estado, mas estabelece que as penalidades por descumprimento devem ser definidas pelos municípios.

Após o fim do período de *lockdown*, deu-se início o processo de reabertura gradual das atividades no estado. Para isso, foi criado o plano Retoma Pará que divide o estado em diversas zonas e as classifica de 0 (correspondendo às medidas mais restritivas) a 5 (novo normal). A partir do dia 31 de maio, os municípios da região do Marajó Ocidental, Nordeste, Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu e Carajás foram classificados como Zona 1 (bandeira preta). Nesses locais, eram proibidos eventos e reuniões, públicos ou privados, com público superior à 10 pessoas, setores não essenciais do comércio e instituições de ensino permaneceram fechados, e sistemas de transporte intermunicipais continuaram suspensos. Já os municípios da Região Metropolitana de Belém, Marajó Oriental, Baixo Tocantins e Araguaia entraram na zona 3 (bandeira laranja).

Com o início do processo de flexibilização em Belém, no dia 06 de junho, seguindo determinação da prefeitura municipal, os shopping centers, salões de beleza, academias e comércio de rua puderam retomar suas atividades. Após isso, diversas cidades da região metropolitana de Belém e do interior do estado seguiram o processo de reabertura e flexibilização das medidas. No dia 18 de julho, segundo a classificação instituída no projeto de reabertura econômica Retoma Pará, apenas a região do Araguaia estava na Zona 2 (bandeira vermelha) e apenas a região Nordeste estava na Zona 4 (bandeira amarela), estando todo o restante do estado na Zona 3 (bandeira laranja). Eventos sociais foram autorizados no município de Santarém, desde o dia 15 de agosto, assim como em outros municípios do estado. O processo de abertura baseado em zonas e bandeiras continuou em vigor nos meses seguintes, guiando as respostas governamentais.

Em 10 de agosto, o governador do estado do Pará, autorizou a retomada das atividades práticas para os cursos de ensino superior da área da Saúde e segurança pública em todo o estado. E no dia 21 de setembro, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), retomou oficialmente o ano letivo em todo o estado, de uma forma que mescla o ensino presencial com o ensino à distância.

Campanhas de informação e de saúde pública estavam sendo veiculadas desde março. No entanto, a partir de 8 de julho os canais oficiais de informações acerca da Covid-19 da prefeitura municipal de Belém, onde estavam disponíveis decretos e legislações sobre a pandemia, não foi atualizado. O mesmo é válido para a prefeitura de Ananindeua, que desde 5 de julho não tem atualizado o site que reúne informações sobre a crise de saúde pública. A prefeitura municipal de Santarém não tem atualizado o portal da transparência do município desde 21 de agosto.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Belém/Pará



Figura PA.2 – Número acumulado de óbitos e óbitos per capita no Pará e nos outros oito estados pesquisados

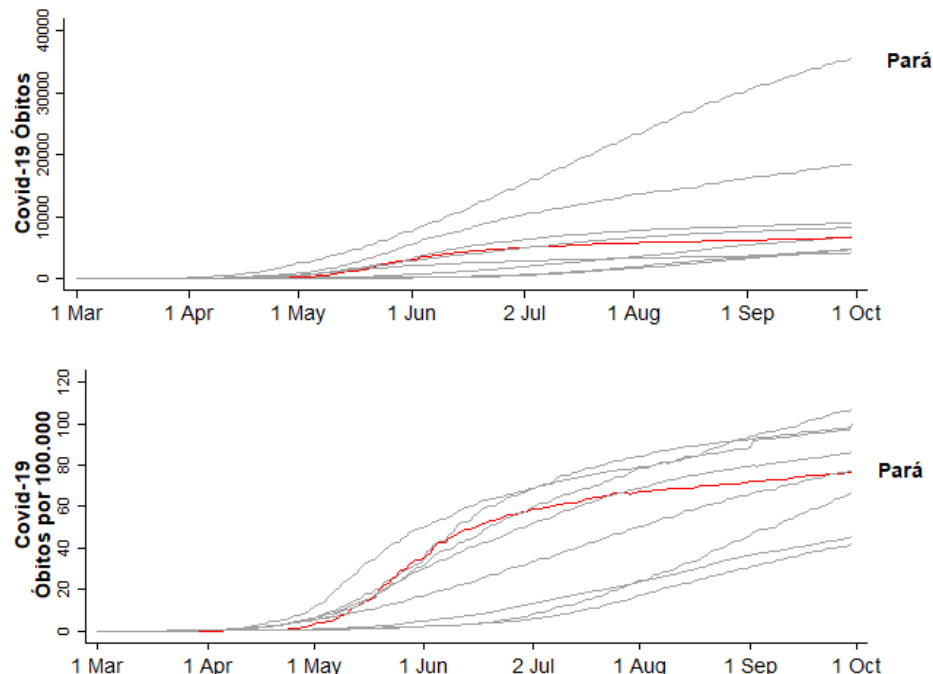
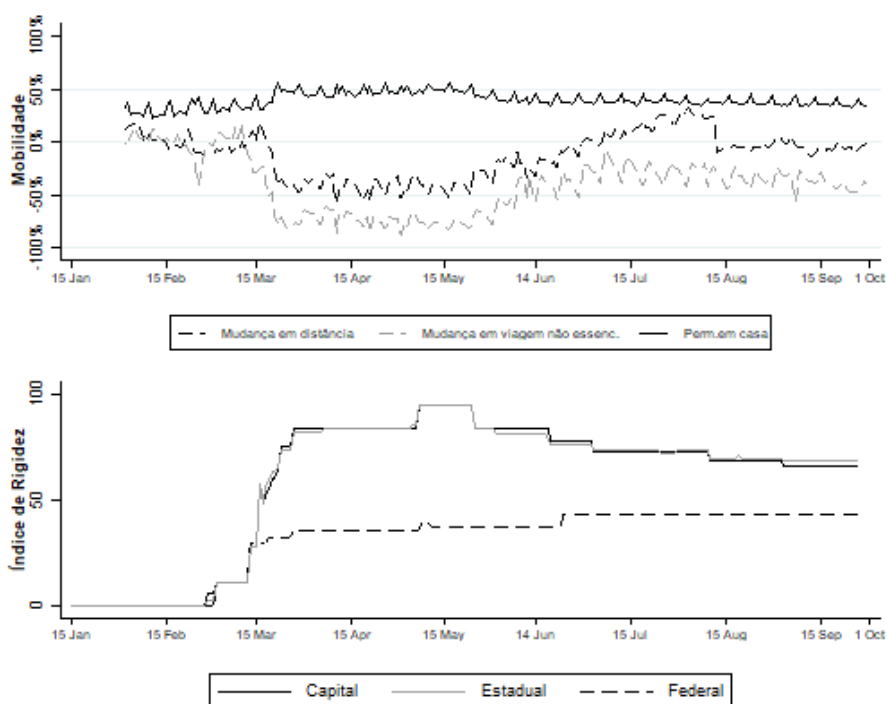


Figura PA.3 – Indicadores de mobilidade para o Pará e o índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Belém/Pará



Resultados da pesquisa em Belém

Belém tem 1,5 milhão de habitantes, com 9,3% da população acima de 60 anos de idade. Seu IDH é 0,746, tornando-a a 15ª capital mais desenvolvida (de 27).

Em Belém, 22% das pessoas entrevistadas não saíram de casa nas duas semanas anteriores à pesquisa, que ocorreu no período entre 27 de julho e 2 de outubro. Aqueles que saíram de casa, saíram em uma média de 8,2 dias durante o período de 14 dias. Como em outros lugares, a maioria das pessoas (58%) saiu de casa para realizar tarefas essenciais como ir ao supermercado, farmácia ou banco; 39% dos entrevistados disseram que saíram para trabalhar nas duas semanas anteriores à entrevista (em comparação a 50% que o fizeram em fevereiro).

Indivíduos que saíram de casa estimaram que, em média, 71% das pessoas na rua estavam usando máscaras. Trinta e nove por cento declararam terem tido pelo menos um dos sintomas do Covid-19 na semana anterior à entrevista. Dezenove por cento afirmaram terem feito o teste, e 4% declararam ter tentado fazer o teste em sucesso.

A redução na oferta de serviços de transporte público fez com que 12% das pessoas deixassem de realizar as atividades que pretendiam. Um quarto dos entrevistados (25%) disseram terem utilizado esses serviços na quinzena anterior, enquanto 38% fizeram-no em fevereiro.

O nível de conhecimento dos entrevistados em Belém a respeito dos sintomas do Covid-19 foi de 74 em 100. Já o nível de conhecimento acerca do significado e das práticas do auto isolamento foi de 45 em 100 (veja uma explicação desses índices no estudo completo com os resultados principais).

Em Belém, noticiários de TV (51%) e jornais e sites de jornais (20%) foram as principais fonte de informações sobre o Covid-19. Sessenta e três por cento da amostra afirmou ter visto uma campanha de informação pública sobre o Covid-19, com 84% das pessoas reportando as ter visto na TV, 24% em jornais, 32% no Facebook ou Twitter, 25% no WhatsApp, e 16% em blogs. Daqueles que haviam visto uma campanha, 66% acreditavam ter visto uma campanha do governo estadual, 53% do governo federal, e 22% do governo municipal.

Vinte e sete por cento das pessoas de Belém perceberam uma redução em sua renda em comparação a fevereiro. Dezesete por cento disse ter experimentado uma redução de pelo menos metade em sua renda. E 4% reportou não ter mais renda alguma.

Oitenta por cento da amostra vê o Covid-19 como mais do que apenas uma gripe. As medidas introduzidas para combater a propagação da doença foram avaliadas como adequadas por 40% dos entrevistados, como menos rigorosas do que o necessário por 55%, e como excessivamente rígidas por 5%. Os residentes de Belém, em geral, compreendem que remoção das restrições será um processo gradual, e que levará em média 6,4 meses para que as medidas sejam revogadas completamente.

Figura PA.4 – Distanciamento social, conhecimento e testes em Belém

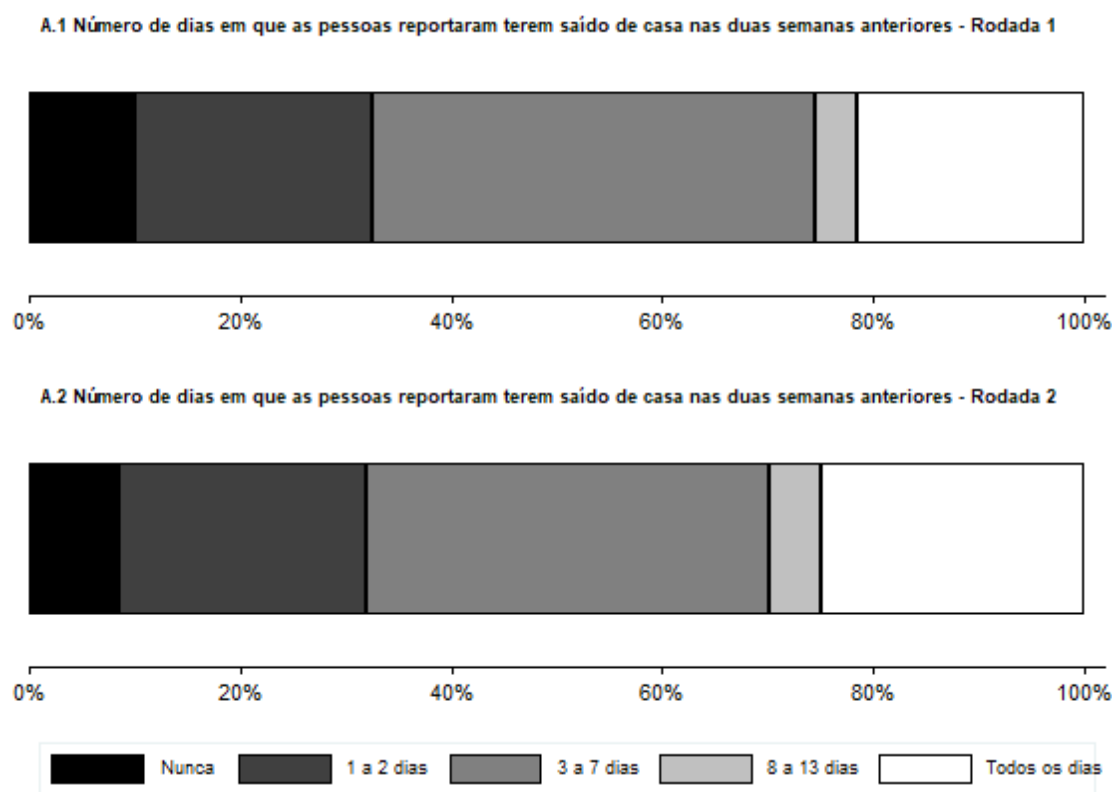
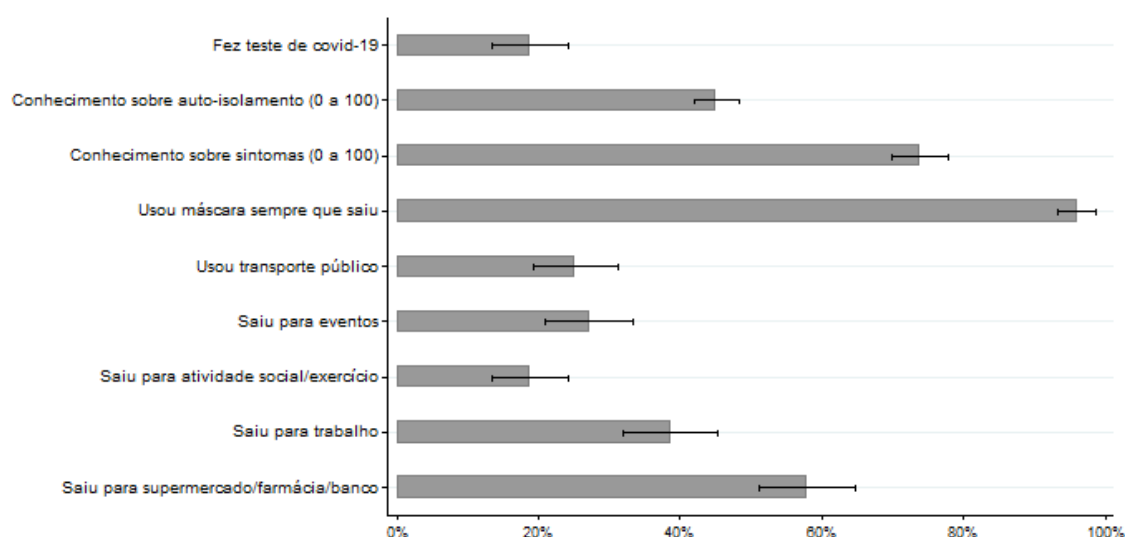


Figura PA. 5 – Teste, conhecimento, uso de máscara, e razões para sair de casa



Dados disponível em: <https://github.com/OxCGRT/Brazil-covid-policy>